

PODER

Ao mesmo tempo em que entidades da sociedade civil criticam aumento no número de deputados, representantes do empresariado exaltam derrubada da subida do IOF

Os sinais invertidos emitidos pelo Congresso

» ALÍCIA BERNARDES*

A semana legislativa termina com reações intensas e contraditórias da sociedade civil organizada diante de duas decisões do Congresso Nacional, na sessão de quarta-feira. De um lado, entidades como o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) e o Instituto Livres criticaram duramente a aprovação do projeto de lei que amplia de 513 para 531 o número de cadeiras na Câmara dos Deputados. De outro, o setor produtivo celebrou a derrubada do decreto que aumentava as alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) — considera que a medida traz alívio tributário e é uma vitória do diálogo institucional.

Para o coordenador do MCCE, Luciano Caparroz Pereira dos Santos, o aumento do número de parlamentares representa o “desprezo à opinião pública e à austeridade”. Embora o impacto direto mais evidente seja o aumento de gastos — estimado em cerca de R\$ 65 milhões anuais —, Caparroz aponta que o dano simbólico é o mais grave.

“O Congresso transmite um péssimo exemplo à sociedade, que clama por probidade, moralidade e bom uso dos recursos públicos”, criticou. Ele também lamentou o uso da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) como justificativa, classificando como “casuística, ilegal e imoral” a exclusão dos estados que perderiam cadeiras na redistribuição.

Na mesma linha, Magno Karl, diretor do Instituto Livres, afirmou que a proposta ignora o espírito da Constituição ao transformar uma demanda técnica por redistribuição proporcional em uma oportunidade política. “Foi um trem da alegria. A decisão do STF era clara: redistribuir as 513 vagas e não aumentá-las.” Karl ainda criticou o argumento de que os novos gastos estariam previstos no orçamento da Casa. “É dinheiro público, independentemente de onde saia”, frisou.

As entidades já se articulam para responder à medida. O MCCE estuda judicializar a questão, buscando novamente o STF. Segundo

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Começamos votando o projeto de Decreto Legislativo sustando o aumento do IOF. Essa construção se deu de forma suprapartidária e com a maioria expressiva. A Câmara e o Senado resolveram derrubar esse decreto do governo para evitar o aumento de impostos”

Hugo Motta, presidente da Câmara, em vídeo publicado no X depois das votações

Karl, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva dificilmente vetará a medida, dadas as relações delicadas com o Congresso. Diante disso, as organizações planejam intensificar campanhas de mobilização e conscientização, mirando as eleições gerais de 2026 como momento de resposta popular. “A única coisa que ainda impõe limites aos políticos é o medo de perder votos”, disse o diretor do Instituto Livres.

Aplausos

O setor produtivo, por sua vez, reagiu positivamente à derrubada do aumento do IOF. Em nota, a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) elogiou a aprovação do Projeto de Decreto Legislativo que susta o decreto presidencial, afirmando que a decisão do Congresso representa “um compromisso com

a construção de um ambiente de negócios mais estável, previsível e competitivo”.

A CNC e outras entidades ressaltaram que a elevação do IOF representava, na prática, a criação de um novo tributo sem qualquer contrapartida administrativa. Para elas, o caminho para o equilíbrio fiscal passa por reformas estruturantes, como a administrativa, que racionalizem o gasto público antes de impor mais encargos ao setor produtivo. “Recompor receitas com aumento de impostos é uma prática nociva e que precisa ser superada”, afirmou a nota.

As entidades encerraram suas manifestações defendendo o fortalecimento do diálogo entre os Poderes e a participação ativa da sociedade nas decisões de impacto fiscal e tributário. “Seguiremos vigilantes e atuantes, em defesa de um sistema mais justo, eficiente e que promova a competitividade do Brasil”, salienta a CNC.

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), foi às redes sociais logo depois da votação para exaltar a derrubada do aumento do IOF pelo Congresso. “Começamos votando o projeto de Decreto Legislativo sustando o aumento do IOF. Essa construção se deu de forma suprapartidária e com a maioria expressiva. A Câmara e o Senado resolveram derrubar esse decreto do governo para evitar o aumento de impostos”, observou.

Motta acrescentou, no vídeo, que também foram aprovadas matérias que permitem ao governo aumentar a arrecadação sem precisar subir o percentual do IOF. Entre elas, a MP do Fundo Social de Habitação, que segundo o deputado possibilita a injeção de R\$ 15 bilhões no setor de construção civil. Nela foi incluída uma emenda que permite a venda no exterior do excedente de petróleo, que, segundo Motta, possibilitam ao governo arrecadar até R\$ 20 bilhões “sem aumentar impostos”.

***Estagiária sob a supervisão de Fábio Grecchi**

TRAMA GOLPISTA

Cid denuncia abordagem para tirar informação

» LUANA PATRIOLINO

O tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens da Presidência, disse em depoimento à Polícia Federal que a defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro tentou obter informações sobre a delação premiada do militar por meio de abordagem aos parentes do militar. Conforme afirmou, os advogados queriam articular uma “defesa conjunta”.

Ele foi ouvido na terça-feira por determinação do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), em um inquérito que apura se advogados de réus da tentativa de golpe de Estado agiram para atrapalhar as investigações da Polícia Federal (PF).

O ex-ajudante de ordens de Bolsonaro disse que teria sido gravado sem autorização e que esse material foi editado e recortado. Mauro Cid relatou que o advogado Eduardo Kuntz, que defende o réu Marcelo Câmara, procurou sua mãe e sua filha adolescente.

Kuntz se encontrou com a mãe do militar em três ocasiões, em São Paulo, quando a filha de Cid estava praticando hipismo. O delator relatou que, em um dos encontros, ele estava acompanhado do advogado Paulo da Cunha Bueno — um dos advogados de Bolsonaro — e ofereceu a ela uma defesa conjunta do tenente-coronel, que à época estava preso.

Questionado sobre o perfil *GabrielaR702*, no Instagram, criado a partir de uma conta de e-mail identificada com o nome de Mauro Cid,

Rosinei Coutinho/STF



Cid (com o advogado Cezar Bittecourt) acusa defensores de réus de buscarem detalhes sobre delação premiada

ele afirmou que não criou o perfil e que também não sabe quem o fez. O militar negou ter tratado do acordo de colaboração premiada com Kuntz.

Vazamento

O tenente-coronel é suspeito de ter vazado informações sobre seu acordo de delação premiada relacionado à trama golpista por meio da rede social. De acordo com a Meta, administradora do Instagram, a conta foi aberta a partir do e-mail *maurocid@gmail.com*. A plataforma também confirmou

que a conta *@gabrielar702* não está mais no ar. Segundo a revista *Veja*, mensagens teriam sido enviadas por um perfil da rede social com o nome da mulher do delator.

A manifestação da empresa ocorreu depois de Moraes solicitar informações para investigar a suspeita de que Mauro Cid teria vazado as informações. O Google também enviou informações relacionadas às contas em nome do tenente-coronel e confirmou o mesmo endereço de e-mail em nome dele. Além disso, consta nos registros da plataforma a data de nascimento do militar, 17 de maio de 1979.

O advogado de Marcelo Câmara, ex-assessor de Bolsonaro, relatou que conversou com Mauro Cid por meio do perfil suspeito. Em uma das mensagens, o delator disse a Kuntz que a PF queria “colocar palavras” em sua boca. Também teria argumentado que os delegados que conduziam as investigações forçavam que o militar falasse a palavra “golpe”.

O **Correio** tentou contato com Eduardo Kuntz e Paulo da Cunha Bueno para esclarecimentos sobre as acusações do tenente-coronel. Até o fechamento desta edição, não obteve resposta.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Após emparedar Lula, vem aí a crise do Congresso com o STF

“Follow the money” (“Siga o dinheiro”) é um bordão em língua inglesa popularizado pelo filme *Todos os Homens do Presidente* (*All the President's Men*, de 1976). O roteirista de William Goldman atribui a frase ao “Deep Throat” (“Garganta Profunda”), informante que revelou o escândalo de Watergate aos jornalistas. Embora não apareça no livro dos repórteres Bob Woodward e Carl Bernstein, que investigaram o escândalo do arrombamento da sede do Partido Democrata no edifício Watergate, a frase é verdadeira. Foi dita por Henry Peterson no depoimento diante da Comissão de Justiça do Senado dos Estados Unidos, sobre a nomeação de Earl J. Silbert para procurador federal.

O caso resultou na renúncia do presidente norte-americano Richard Nixon, em 9 de agosto de 1974. Desde então, seguir o dinheiro é uma regra de ouro dos jornalistas investigativos. É o caso, por exemplo, do jornalista Ruben Berta, do UOL, que investigou um esquema milionário envolvendo ONGs contempladas com recursos de emendas parlamentares. Durante seis meses, mergulhou nos mais de 700 contratos de um grupo de sete entidades, que receberam cerca de R\$ 500 milhões em emendas parlamentares.

No Rio, foram destinadas a projetos de esporte, qualificação profissional e castração de animais. Por lei, as ONGs não podem ter fins lucrativos, mas repassam boa parte do que recebem a empresas que não têm essa proibição, muitas criadas do dia para a noite. Um peixeiro carioca, por exemplo, abriu duas empresas e recebeu R\$ 5 milhões de ONGs, oferecendo serviços de treinamento, eventos e monitoramento.

Isso não é nada diante de 40 inquéritos nos quais a Polícia Federal (PF) investiga a destinação e verbas públicas a municípios. Seguir o dinheiro das emendas parlamentares, principalmente as famosas emendas secretas, inexoravelmente, transformará em caso de polícia a destinação sem transparência de recursos do Orçamento da União. Hoje, esse é o principal ponto de fricção entre o Congresso e o Supremo Tribunal Federal (STF).

Subjacente à derrota imposta ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva na votação do decreto legislativo que derrubou o aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), em votações relâmpago da Câmara e do Senado, na quarta-feira, também existe uma crise anunciada entre o Congresso e o STF por causa dessas emendas. A face aparente é a suspensão da execução das chamadas “emendas de comissão” pelo ministro Flávio Dino.

Entretanto, o estresse principal são as investigações envolvendo cerca de 80 deputados e senadores beneficiados pelas RP9, as chamadas “emendas secretas”, que os caciques do Congresso querem manter numa caixa preta. Essas investigações estão a cargo dos ministros do STF Gilmar Mendes, Cármen Lúcia, Nunes Marques, Cristiano Zanin, Alexandre de Moraes e Dias Toffoli, além de Dino. Ocorrem em sigilo de Justiça por causa da imunidade parlamentar.

Escândalos

As emendas secretas ganharam destaque em 2020, no governo Bolsonaro, quando o relator geral do Orçamento passou a operar bilhões de reais sem transparência. As primeiras denúncias surgiram graças ao trabalho de repórteres investigativos. Depois, entraram em campo o Tribunal de Contas da União (TCU) e o STF. A então presidente da Corte, ex-ministra Rosa Weber, exigiu transparência na execução das emendas secretas.

Em dezembro de 2022, o STF julgou inconstitucional o modelo das emendas secretas. O TCU abriu auditorias para apurar as denúncias de irregularidades na distribuição dos recursos, superfaturamento e direcionamento de obras, empresas de fachada beneficiadas e prefeituras que receberam verbas milionárias. Entre 2020 e 2022, as RP9 movimentaram cerca de R\$ 45 bilhões, com destinação altamente concentrada entre parlamentares da base governista, especialmente aliados do então presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

Os atuais presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), foram grandes artífices dos acordos de distribuição desses recursos. Proibidas pelo Supremo, as RP9 (STF, 2022) foram substituídas no Orçamento de 2023 pelas RP2 (emendas de comissão) e RP6 (emendas de liderança), mantendo, de forma adaptada, a lógica da barganha e da falta de transparência.

Quais parlamentares indicaram efetivamente os recursos? Que empresas e operadores lucraram com a execução dos contratos? São duas perguntas que precisam ser respondidas. Alguns escândalos são emblemáticos: o “Tratoração”, com a compra superfaturada de máquinas agrícolas, num total de R\$ 3 bilhões, e superfaturamento de até 259%; licitações viciadas em alguns ministérios e prefeituras; e repasses, muitos repasses, para instituições e ONGs de idoneidade duvidosa.

O deputado Juscelino Filho (União-MA), por exemplo, teve de sair do Ministério das Comunicações por causa da manipulação de recursos provenientes de emendas destinadas à sua base eleitoral quando exercia o mandato. O município de Turilândia (MA), com 22 mil habitantes, é um “case” de maracutaia: recebeu R\$ 46 milhões de emendas secretas, em 2020. Castanhal (PA) é outro: sumiu com R\$ 15 milhões destinados à pavimentação e construção de uma unidade de saúde.